

CONTRATO Nº 18/2023

Município de Canguçu, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº. **88.861.430/0001-49**, com prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Marcus Vinicius Muller Pegoraro**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua João de Deus Nunes, 405, Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e **COOPERATIVA DE TRABALHO EM COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CANGUÇU LTDA-COOPERSOL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **06.079.423/0001-25** com sede na Estrada BR-392, KM 120, Lacerda, CEP 96.600-000, Canguçu, RS, neste ato representado por seu representante legal, **Sra: Bianca Machado da Rosa**, brasileira, portadora do **CPF 84764460604**, **RG 3114565843**, residente e domiciliado no município de Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Tem o presente contrato por objeto a **CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVA PARA ATENDER O SISTEMA DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU**, conforme dispensa de licitação nº 48/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATADO

O preço total pela prestação de serviço objeto do presente contrato é de **R\$ 5.910,00 (Cinco Mil, Novecentos e Dez Reais) mensais**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até o quinto dia útil ao mês subsequente ao que foi realizado o serviço, objeto deste contrato.

O reajuste dos valores será concedido com base no artigo 40, XI da Lei 8666/1993 ficando fixado IPCA acumulado dos últimos 12 meses como índice.

CLÁUSULA QUARTA – DOS SERVIÇOS

4.1. Serviço de coleta porta a porta de recicláveis, feito por cooperativa de catadores.

4.1.1. A cooperativa deverá seguir rigorosamente o roteiro, devendo respeitar a rota estabelecida, bem como, os dias e turnos definidos para o recolhimento dos materiais. O serviço deverá atender os seguintes horários: - De segunda à sexta-feira - 8h às 12h / 13h às 17h / 18h às 20h; - Aos Sábados - 8h30 às 11h30. 4.1.2. O roteiro para coleta poderá ser elaborado pela contratada, podendo ser utilizado após análise e anuência prévia da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo/ Departamento de Meio Ambiente.

4.2. O Recolhimento deverá ser feito por caminhão apropriado com um motorista e no mínimo 4 coletores.

4.3. Os recicláveis devem ser recolhidos nas lixeiras ou pontos de entrega (comércios e escolas) na zona urbana e rural do município, de maneira organizada e limpa, sem que fiquem resíduos espalhados no local.

4.4. O motorista e coletores envolvidos na coleta devem estar devidamente uniformizados e deverão obrigatoriamente usar luvas para a realização dos serviços e os demais EPI's necessários.

CLÁUSULA QUINTA - DA ORGANIZAÇÃO DO GALPÃO DE TRIAGEM:

5.1. A logística do serviço de Coleta Seletiva deverá ser desenvolvida através da operação do Centro de



Triagem a qual será cedida pela administração Municipal e/ou outros órgãos públicos e privados para este fim e para os quais a contratada poderá captar recursos para sua implementação, instalação de equipamentos e melhoria dos serviços.

5.2. A Contratada poderá dispor, do Centro de Triagem (unidade transbordo), de equipamentos locados ou cedidos pela Administração Municipal e/ou outros órgãos públicos privados, tais como esteiras, prensas, elevadores de fardos e outros necessários à logística interna da central, bem como, poderá captar recursos para instalação, operação e aperfeiçoamento destes equipamentos.

5.3. Fica sob responsabilidade da contratada a manutenção da limpeza de toda a área do Centro de Triagem bem como do passeio do local.

5.4. A contratada deverá responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à contratante ou a terceiros em razão de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou seus prepostos, independente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

5.5. É de responsabilidade da contratada cumprir a regulamentação de Segurança do trabalho no Centro de Triagem, bem como cumprimento de todas as Normas Regulamentadoras de segurança, saúde e higiene do trabalho. Assinado por 2 pessoas: BIANCA GOBEL DA ROSA e MICHEL ALDRIGHI GONÇALVES Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/AB6A-0E3E-5D91-E528> e informe o código AB6A-0E3E-5D91-E528

5.6. Para execução dos serviços objeto deste contrato, a contratada deverá contar com mão de obra cooperativada, sendo todos estes catadores com capacitação básica desenvolvida através de ações da administração municipal e comprovada por meio de atestado de participação.

5.7. Para execução dos serviços objeto deste termo de referência, a contratada deverá manter em seu corpo de colaboradores o mínimo de 40% de mulheres.

5.8. Para a execução dos serviços, objeto deste contrato, a contratada deverá manter em seu corpo de colaboradores o mínimo de 75% de cooperados residentes em Canguçu.

5.9. É de responsabilidade exclusiva da cooperativa, garantir aos cooperados o INSS.

5.10. A contratada será responsável por todas as despesas decorrentes, salários e encargos trabalhistas, previdenciários e fundiários de sua mão de obra e operadores, despesas com seguro e demais custos, despesas e encargos diretos ou indiretos vinculados e/ou decorrentes do contrato e/ ou da prestação dos serviços, objeto desta contratação por dispensa de licitação, exceto despesas com os motoristas cedidos pela Prefeitura.

5.11. É de responsabilidade da contratada fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção individual (EPI's) dos cooperados, bem como, o uso de uniforme.

5.12. É de responsabilidade da contratada trabalhar com ênfase no aperfeiçoamento do trabalho cooperativado, desenvolvendo, no mínimo, um curso por ano de capacitação e treinamento.

5.13. É de inteira responsabilidade da contratada, cumprir o estatuto e regimento da cooperativa, bem como estar em pleno acordo com as Leis Federais nº 5764/1971 e nº 12690/2012.

5.14. Os cooperados deverão tratar com urbanidade os cidadãos e servidores da Prefeitura Municipal de Canguçu e seu pessoal, sendo vedado o uso de cigarros ou semelhantes quando em deslocamentos, a serviço, assim como ingestão de bebidas alcoólicas.

5.15. A contratada se encarregará de substituir imediatamente qualquer cooperado que tenha conduta ofensiva e/ ou imprópria durante a execução dos serviços, inclusive durante seus deslocamentos,



obrigando-se a providenciar a respectiva substituição por outro cooperado, sem quaisquer custos adicionais para a Prefeitura Municipal de Canguçu.

5.16. Após a coleta os resíduos devem obrigatoriamente ser levados para o galpão de triagem da cooperativa para triagem por tipologia, enfardamento e enda.

5.17. Cada material triado na esteira deve ser acondicionado em recipientes padronizados e identificados por tipologia (plástico, papelão, alumínio...). Assinado por 2 pessoas: BIANCA GOBEL DA ROSA e MICHEL ALDRIGHI GONÇALVES Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/AB6A-0E3E-5D91-E528> e informe o código AB6A-0E3E-5D91-E528.

5.18. Após a triagem os fardos devem ficar organizados de acordo aos materiais.

5.19. A cooperativa deve ter o mínimo de 8 cooperados. Todos os colaboradores devem usar uniforme da cooperativa que compreende: camiseta, calça e sapato de EPI, bem como luvas, durante todas as atividades desenvolvidas dentro da Unidade.

5.20. Todos os agendamentos para visita ao galpão de triagem devem ser feitas através do Núcleo de Educação Ambiental, ficando assim proibido qualquer agendamento fora destes termos.

5.21. Os serviços deverão ser realizados mensalmente de forma rigorosa.

5.22. Os serviços, objeto deste contrato, se iniciarão logo após a assinatura deste contrato e/ou a respectiva ordem de serviço. Os serviços contratados serão executados pela contratada na área de transbordo do município e a coleta dos resíduos será realizada na zona urbana e zona rural do mesmo.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo efetuará o controle dos serviços ora contratados.

Parágrafo Primeiro – Verificada a não conformidade na prestação do serviço, a Cooperativa deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo Segundo – A Nota Fiscal/Fatura deve, obrigatoriamente, ser entregue no setor financeiro da Secretaria Municipal da Fazenda, constando nela, também, o nome e número do banco, nome e número da agência e número da conta-corrente da Contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- a) executar os serviços na forma do presente contrato, não se admitindo quaisquer modificações sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- b) arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do presente contrato;
- c) responsabilizar-se por todos os danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto do presente contrato;
- d) obriga-se a contratada a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) o recolhimento e triagem dos resíduos sólidos recicláveis na zona urbana e rural do município, conforme calendário de recolhimento, devendo respeitar o índice de aumento de produtividade de 5% anualmente.
- f) cuidar da conservação e limpeza do imóvel cedido pelo município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



São obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) É obrigação da CONTRATANTE, liquidar o empenho e efetuar o pagamento a Cooperativa CONTRATADA, nos prazos estabelecidos no presente contrato.
- b) Exigir e analisar a prestação de contas mensal deste pagamento, bem como sua aprovação, consoante às regras de contabilidade e as fixadas neste instrumento.
- c) Fiscalizar mensalmente toda documentação relativa à regularidade como pessoa jurídica, ou seja, estatuto social, CNPJ, certidões negativas do INSS, atas de reuniões, balanço dos exercícios fiscais, certidão negativa de débitos trabalhistas, notas fiscais de venda do material a ser comercializado e folha-pontos dos cooperados.
- d) Disponibilizar espaço físico, transporte e equipamentos que atendam as necessidades da Cooperativa para a triagem do material reciclável.
- e) Arcar com as despesas de água e energia elétrica do imóvel cedido pelo município.
- f) Manter programas de Educação Ambiental e promover a divulgação da coleta seletiva, garantindo a continuidade e eficácia da mesma.
- g) Espaço físico (Central de Triagem) e demais equipamentos que atendam as necessidades da Cooperativa para a triagem e armazenamento dos materiais.
- h) Veículo (caminhão) apropriado e devidamente identificado para a coleta com motorista.
- i) Programas de Educação Ambiental e divulgação da coleta seletiva, garantindo a continuidade e eficácia da mesma.
- j) Transporte próprio para deslocamento dos cooperados, com saída da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo até a Central de Triagem (Unidade de Transbordo).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de **12 (doze)** meses a contar da data de assinatura do presente contrato podendo ser prorrogado até o período máximo de **60 (sessenta meses)**.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

À Cooperativa contratada através deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº. 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:

- a) Pela recusa injustificada para a assinatura do contrato, ou para a execução dos serviços, por parte da vencedora, nos prazos previstos no edital, será aplicada multa na razão de até 5% (cinco por cento), sobre o valor total da proposta, até 05 (cinco) dias consecutivos.
- b) Pelo atraso ou demora injustificados para a execução dos serviços, além do prazo estipulado neste edital, aplicação de multa na razão de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), por dia de atraso ou de demora, calculado sobre o valor total da proposta, até 05 (cinco) dias consecutivos de atraso ou de demora.
- c) Pela entrega em desacordo com o solicitado ou prestação dos serviços em desacordo com o contratado, aplicação de multa na razão de até 5% (cinco por cento), sobre o valor total da proposta, por infração, com prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços. Após 02 (duas) infrações e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato;
- d) Pelo atraso ou demora injustificados no atendimento aos chamados do Município, ou na resolução de problemas originados nos serviços prestados, além dos prazos previstos no edital, aplicação de multa na razão de 2% (dois por cento), por dia de atraso ou de demora, calculado sobre o valor total da proposta, até o máximo de 03 (três) dias consecutivos de atraso ou de demora. Após 03 (três) ocorrências e/ou após o prazo máximo, poderá, também, ser rescindido o contrato;

Parágrafo primeiro - Nos termos do art. 7º da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses,



impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e cancelado do Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Canguçu, nos casos de:

- a) apresentação de documentação falsa;
- b) retardamento na execução do objeto;
- c) não manutenção do lance, após a adjudicação;
- d) comportamento inidôneo;
- e) fraude ou falha na execução do contrato;

Parágrafo Segundo - Será facultado a licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas no item 18 deste edital

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato decorre da **Dispensa de Licitação nº 48/2023** a qual é parte integrante deste contrato, bem como a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente os casos omissos, sendo neste caso a Lei 10.520/02 e 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa orçamentária correrá a conta da dotação:

Elemento de despesa	Projeto/Atividade	Ficha
3.3.90.39.780300	2357	3933

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

Fica responsável pela fiscalização deste contrato a servidora efetiva **BIANCA GOBEL DA ROSA** - matrícula 503320.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Canguçu – RS, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente contrato.

E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Canguçu, 03 de Fevereiro de 2023.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
PREFEITO MUNICIPAL


COOPERATIVA DE TRABALHO EM COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CANGUÇU LTDA-COOPERSOL





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 739B-E83F-5E4C-6C70

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 06/02/2023 11:16:08 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.XXX.XXX-40) em 06/02/2023 14:47:15
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/739B-E83F-5E4C-6C70>